

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	16.918
Preferenciais	0
Total	16.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	927.038	900.675
1.01	Ativo Circulante	317.201	302.015
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.417	10.605
1.01.02	Aplicações Financeiras	30	12.850
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	30	12.850
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	30	12.065
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	0	78
1.01.02.01.05	Instrumentos Financeiros	0	707
1.01.03	Contas a Receber	138.615	98.747
1.01.03.01	Clientes	138.615	98.747
1.01.04	Estoques	98.249	106.454
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.192	63.239
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.192	63.239
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	24.399	22.758
1.01.06.01.02	Tributos a Recuperar	37.793	40.481
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.453	6.038
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.245	4.082
1.01.08.03	Outros	5.245	4.082
1.01.08.03.01	Outros Ativos	5.245	4.082
1.02	Ativo Não Circulante	609.837	598.660
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	216.843	191.254
1.02.01.07	Tributos Diferidos	57.403	53.337
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.403	53.337
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	13.783	13.359
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	13.783	13.359
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	145.657	124.558
1.02.01.10.03	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	11.938	4.794
1.02.01.10.04	Depósitos Compulsórios Judiciais	13.801	12.657
1.02.01.10.05	Outros Ativos	3.967	3.967
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	115.951	103.140
1.02.03	Imobilizado	389.020	402.960
1.02.04	Intangível	3.974	4.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	927.038	900.675
2.01	Passivo Circulante	384.863	860.258
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.713	20.777
2.01.02	Fornecedores	223.507	222.760
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	218.110	218.724
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.397	4.036
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.745	539.662
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	62.616	409.814
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.356	205.595
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.260	204.219
2.01.04.02	Debêntures	129	129.848
2.01.05	Outras Obrigações	44.471	45.921
2.01.05.02	Outros	44.471	45.921
2.01.05.02.04	Impostos a Recolher e Parcelados	23.535	23.997
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	20.936	21.924
2.01.06	Provisões	30.427	31.138
2.01.06.02	Outras Provisões	30.427	31.138
2.02	Passivo Não Circulante	559.313	48.581
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	519.693	13.982
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	390.415	13.982
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	269.290	13.982
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	121.125	0
2.02.01.02	Debêntures	129.278	0
2.02.02	Outras Obrigações	11.363	5.745
2.02.02.02	Outros	11.363	5.745
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher e Parcelados	11.363	5.745
2.02.04	Provisões	28.257	28.854
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.257	28.854
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.031	4.998
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.228	13.190
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.998	10.666
2.03	Patrimônio Líquido	-17.138	-8.164
2.03.01	Capital Social Realizado	52.658	52.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-117.724	-110.830
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.928	50.008

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	351.078	707.686	348.085	687.154
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-236.056	-472.840	-219.447	-431.173
3.03	Resultado Bruto	115.022	234.846	128.638	255.981
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-100.436	-200.418	-99.452	-203.605
3.04.01	Despesas com Vendas	-83.490	-165.191	-79.453	-160.788
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.585	-32.223	-17.807	-40.735
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.361	-3.004	-2.192	-2.082
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.586	34.428	29.186	52.376
3.06	Resultado Financeiro	-30.824	-47.468	-33.827	-58.742
3.06.01	Receitas Financeiras	2.425	3.893	3.705	7.675
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.425	3.893	3.705	7.675
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.249	-51.361	-37.532	-66.417
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-16.901	-35.785	-29.774	-64.165
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-16.348	-15.576	-7.758	-2.252
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-16.238	-13.040	-4.641	-6.366
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.285	4.066	1.670	1.961
3.08.01	Corrente	709	0	899	-971
3.08.02	Diferido	4.576	4.066	771	2.932
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.953	-8.974	-2.971	-4.405
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.953	-8.974	-2.971	-4.405
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-647,41695	-530,44095	-175,61177	-260,37357
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-647,41695	-530,44095	-175,61177	-260,37357

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.953	-8.974	-2.971	-4.405
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.953	-8.974	-2.971	-4.405

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.699	20.978
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.173	76.985
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-8.974	-4.405
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	24.747	25.579
6.01.01.03	Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	-128	458
6.01.01.04	Provisão (Reversão) Para Crédito de Liquidação Duvidosa	30	98
6.01.01.05	Provisão Para Perdas de Estoques	-111	397
6.01.01.06	Outras Provisões	711	2.116
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.066	-1.961
6.01.01.08	Provisão Para Demandas Judiciais	-597	1.474
6.01.01.09	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Sobre Empréstimos	47.146	54.113
6.01.01.10	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Sobre Outras Contas	-4.585	-884
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.225	-9.211
6.01.02.01	Contas a Receber	-35.733	-188
6.01.02.02	Estoques	8.316	3.214
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-8.152	3.522
6.01.02.04	Outros Ativos	-2.305	-9.128
6.01.02.05	Fornecedores	571	-7.495
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	2.936	6.568
6.01.02.07	Impostos a Recolher e Parcelados	4.165	-12.733
6.01.02.08	Outros Passivos	-1.023	7.029
6.01.03	Outros	-26.647	-46.796
6.01.03.01	Juros Pagos Sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-21.368	-36.486
6.01.03.02	Juros Pagos Sobre Outras Contas	-5.279	-10.310
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.349	4.944
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-10.205	-9.119
6.02.02	Aquisição de Certificado de Depósito Bancário	-7.718	-95.456
6.02.03	Liquidação de Certificado de Depósito Bancário	12.790	112.318
6.02.04	Liquidação de Instrumentos Financeiros	784	0
6.02.05	Aquisição de Instrumentos Financeiros	0	-2.799
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.860	-25.746
6.03.01	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-52.422	-120.299
6.03.02	Captações de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	56.282	94.553
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.188	176
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.605	6.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.417	6.908

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	52.658	0	0	-110.830	50.008	-8.164
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	52.658	0	0	-110.830	50.008	-8.164
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-8.974	0	-8.974
5.04.08	Prejuízo do Período	0	0	0	-8.974	0	-8.974
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.080	-2.080	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.199	-1.199	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	881	-881	0
5.07	Saldos Finais	52.658	0	0	-117.724	47.928	-17.138

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	52.658	0	0	-106.878	54.395	175
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	52.658	0	0	-106.878	54.395	175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-4.405	0	-4.405
5.04.08	Prejuízo do Período	0	0	0	-4.405	0	-4.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.324	-2.324	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.452	-1.452	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	872	-872	0
5.07	Saldos Finais	52.658	0	0	-108.959	52.071	-4.230

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	889.393	863.763
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	900.704	879.914
7.01.02	Outras Receitas	-11.281	-16.053
7.01.02.01	Outras Deduções de Vendas	-10.908	-15.084
7.01.02.02	Outras Receitas/Despesas	-373	-969
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-30	-98
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-538.102	-484.149
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-330.605	-280.548
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-207.497	-203.601
7.03	Valor Adicionado Bruto	351.291	379.614
7.04	Retenções	-24.747	-25.579
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.747	-25.579
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	326.544	354.035
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.893	7.675
7.06.02	Receitas Financeiras	3.893	7.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	330.437	361.710
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	330.437	361.710
7.08.01	Pessoal	78.612	92.377
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.213	71.641
7.08.01.02	Benefícios	13.375	14.025
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.024	6.711
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	196.016	194.363
7.08.02.01	Federais	57.143	62.982
7.08.02.02	Estaduais	138.303	130.860
7.08.02.03	Municipais	570	521
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.783	79.375
7.08.03.01	Juros	51.180	66.061
7.08.03.02	Aluguéis	13.603	13.314
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.974	-4.405
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.974	-4.405

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º trimestre de 2018

AMBIENTE ECONÔMICO

O segundo trimestre de 2018 foi marcado pela greve dos caminhoneiros impactando fortemente a atividade econômica do país e pela acentuada depreciação do Real. A taxa de câmbio atingiu R\$ 3,86 em relação ao Dólar, ao final de junho de 2018, uma desvalorização de 16,6% (no ano), fortemente concentrada no segundo trimestre. Ocorreram pressões inflacionárias, levando a inflação, medida pelo IPCA, a um patamar de 4,39% no acumulado de 12 meses, comparado a 2,94% ao final de 2017. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa básica de juros no mesmo patamar de 6,50% a.a.. A expectativa de mercado em relação ao PIB de 2018 foi reduzida e as projeções de crescimento passaram para 1,5%, comparado a 2,8% no início do exercício.

ACORDO DE REPERFILAMENTO DA DÍVIDA

Em janeiro de 2018, a Santher concluiu a negociação de reperfilamento da dívida com oito dos principais bancos que operam no mercado financeiro brasileiro e que respondem por cerca de 90% do endividamento bancário da Companhia (Acordo). Esta negociação proporcionou um alongamento da dívida de forma bastante relevante e reduz de modo expressivo a sua dívida de curto prazo, assim como baixa seu custo financeiro decorrente das melhores taxas negociadas, associadas ao menor juro básico da economia.

Os principais termos deste alongamento são os seguintes:

- Dívida Total Envolvida: R\$ 484 milhões
- Prazo: 5 anos
- Carência de Principal: 2 anos
- Cronograma de pagamento do principal: 10% do saldo em 2020, 10% do saldo em 2021, **80% em 2022**. Sendo que em 2022, **60% é pago no 12º mês de 2022**, e 20% são realizados em pagamentos mensais ao longo dos 11 primeiros meses de 2022.
- Juros: pagamentos mensais iniciando em 2018, **sendo que em 2018, os juros serão cobrados a base de 100% do CDI**. O spread sobe de forma escalonada a cada ano, de modo que os juros médios ponderados no período serão de CDI + 2,6% a.a.

Segue abaixo o novo cronograma anual do pagamento **do total das dívidas bancárias** em janeiro de 2018, incluindo debêntures, decorrente da formalização da negociação acima, considerando somente o principal:

Comentário do Desempenho

Valores expressos em R\$ milhões

Cronograma da Dívida Pós Acordo	
2018	44,9
2019	14,1
2020	50,0
2021	48,4
2022	387,3
Total	544,8

O reconhecimento do endividamento no passivo não circulante relacionado a este Acordo já está refletido nas informações contábeis intermediárias do 1º trimestre de 2018.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

No primeiro semestre de 2018, a Santher atingiu uma Receita Líquida de Vendas de R\$ 707,7 milhões, crescimento de 3,0% comparado ao mesmo período de 2017, mesmo com a greve dos caminhoneiros que levou a uma redução relevante das vendas da Santher em maio, não diferente do que ocorreu nos vários setores da economia nacional.

O Custo dos Produtos Vendidos cresceu 9,7% em relação ao mesmo período de 2017. A celulose, um dos principais insumos utilizados pela Santher, continua pressionando os custos com aumentos sucessivos no preço em Dólar ao longo do período, atingindo um patamar sem precedentes. O aumento do custo médio da celulose expresso em Reais do 1º semestre de 2018 foi de 50,0% comparado ao mesmo período de 2017. Nos últimos 18 meses o custo da celulose subiu 74%, expresso em Reais. A Companhia vem em processo de contenção expressiva de custos e bem como de repasse do aumento do custo da celulose (dentre outros insumos) aos preços dos seus produtos finais ao mercado. Em função do ambiente competitivo e econômico e do aumento abrupto do preço da celulose em um curto espaço de tempo, esse processo de repasse de preços tem acontecido de forma gradual e, portanto, se estenderá pelos próximos meses.

As Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas registraram uma redução de 2,0% em relação ao primeiro semestre de 2017. Expurgando os efeitos inflacionários, a redução foi de 6,4%. Esse resultado reflete as otimizações e reestruturações implementadas pela Companhia ao longo de 2017 e os esforços dispendidos na contenção de custos e despesas ao longo do ano de 2018.

As despesas financeiras líquidas foram de R\$ 31,9 milhões, com redução expressiva de 43,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 16,6% no período, a perda cambial, principalmente sobre dívidas denominadas em dólar atreladas às exportações, foi de R\$ 15,6 milhões comparada a R\$ 2,3 milhões em igual período do ano passado. Vale mencionar que o endividamento da Santher está bem alongado, portanto este efeito é primordialmente não caixa.

Comentário do Desempenho

Como consequência dos fatores mencionados acima, em especial os relativos à greve dos caminhoneiros e à lentidão normal no repasse de custos aos preços, no primeiro semestre de 2018, a Santher apresentou EBITDA de R\$ 59,2 milhões e prejuízo de R\$ 9,0 milhões. Desconsiderando as variações cambiais, majoritariamente não caixa, a Companhia teria um pequeno lucro. No mesmo período do ano anterior, foi registrado EBITDA de R\$ 78,0 milhões e prejuízo de R\$ 4,4 milhões.

R\$ milhões **	2T18	2T17	2T18 vs 2T17	Acumulado até 30/06/2018	Acumulado até 30/06/2017	2018 vs 2017
	(A)	(B)	(A/B)	(A)	(B)	(A/B)
Receita Líquida (1)	351,1	348,1	0,9%	707,7	687,2	3,0%
Lucro Bruto	115,0	128,6	-10,6%	234,8	256,0	-8,3%
Lucro Operacional	14,6	29,2	-50,0%	34,4	52,4	-34,4%
Despesas Financeiras Líquidas	(14,5)	(26,1)	-44,4%	(31,9)	(56,5)	-43,5%
Variações Cambiais	(16,3)	(7,8)	-	(15,6)	(2,3)	-
Prejuízo do Período	(11,0)	(3,0)	-	(9,0)	(4,4)	-
EBITDA (2)*	26,9	42,0	-35,9%	59,2	78,0	-24,1%
Margem EBITDA % (2/1)	7,7%	12,1%	-4,4pp	8,4%	11,3%	-3pp

* Calculado de acordo com instrução CVM 527/2012, conforme demonstrado no quadro a seguir.

** Os somatórios e percentuais podem não conferir devido aos arredondamentos.

Cálculo do EBITDA

R\$ milhões *	2T18	2T17	Acumulado até 30/06/2018	Acumulado até 30/06/2017
Resultado Antes do IR/CSLL	(16,2)	(4,6)	(13,0)	(6,4)
+ Despesas Financeiras	16,9	29,8	35,8	64,2
- Receitas Financeiras	(2,4)	(3,7)	(3,9)	(7,7)
+/- Variação Cambial	16,3	7,8	15,6	2,3
+ Depreciação	12,3	12,8	24,7	25,6
EBITDA	26,9	42,0	59,2	78,0

* Os somatórios podem não conferir devido aos arredondamentos.

INVESTIMENTOS

A empresa investiu R\$ 10,2 milhões neste semestre direcionados ao parque fabril visando melhorar a eficiência operacional. No ano anterior foram investidos R\$ 9,1 milhões em igual período.

PERSPECTIVAS

Em linha com o antes mencionado, há firme expectativa da Companhia de que durante o segundo semestre deste ano os preços da celulose (e dos demais insumos cotados em Dólar) se estabilizem e que assim sendo o processo de ajuste de seus preços ao mercado termine e que assim se recomponham as margens tradicionais da empresa. Ademais, uma série de ações de caráter comercial estão em curso, em especial as destinadas a diminuir

Comentário do Desempenho

expressivamente as dispersões observadas em seus preços finais ao consumidor, sendo esperado que essas ações se somem às de recomposição de margens, dando assim prosseguimento do processo de melhora de seus resultados econômicos e financeiros.

Do ponto de vista financeiro a companhia atingiu seu break-even e mesmo sendo impactada pela greve dos caminhoneiros, já ao final de junho estava com suas contas sob controle e em ordem, com expectativa de importantes melhoras ao longo deste segundo semestre.

Notas Explicativas

ITR – Informações trimestrais

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

30 de junho de 2018
com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Balanços patrimoniais
 em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>		<u>Nota</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.417	10.605	Empréstimos e financiamentos	13	62.616	409.814
Instrumentos financeiros	5	30	12.850	Fornecedores	14	223.507	222.760
Contas a receber	6	138.615	98.747	Debêntures	13	129	129.848
Estoques	7	98.249	106.454	Salários e encargos sociais	15	23.713	20.777
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	24.399	22.758	Impostos a recolher e parcelados	16	23.536	23.997
Tributos a recuperar	8	37.793	40.481	Provisões diversas	17	30.427	31.138
Despesas do exercício seguinte	9	6.453	6.038	Outras contas a pagar	18	20.936	21.924
Outros ativos	9	5.245	4.082			384.864	860.258
		317.201	302.015	Não circulante			
Não circulante				Provisão para demandas judiciais	19	28.257	28.854
Partes relacionadas - direitos creditórios	27	13.783	13.359	Impostos a recolher e parcelados	16	11.363	5.745
Instrumentos financeiros	5	11.938	4.794	Empréstimos e financiamentos	13	390.415	13.982
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	18.590	18.481	Debêntures	13	129.278	-
Tributos a recuperar	8	97.361	84.659			559.313	48.581
Depósitos compulsórios e judiciais	9	13.801	12.657	Patrimônio líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	57.403	53.337	Capital social	21	52.658	52.658
Outros ativos	9	3.967	3.967	Reservas de reavaliação		30.476	31.675
Imobilizado	11	389.020	402.960	Ajuste de avaliação patrimonial		17.452	18.333
Intangível	12	3.974	4.446	Prejuízos acumulados		(117.724)	(110.830)
		609.837	598.660			(17.138)	(8.164)
Total do ativo		927.039	900.675	Total do passivo e patrimônio líquido		927.039	900.675

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Nota	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita líquida das vendas	22	351.078	707.686	348.085	687.154
Custo dos produtos vendidos	24	(236.056)	(472.840)	(219.447)	(431.173)
Lucro bruto		115.022	234.846	128.638	255.981
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	(83.490)	(165.191)	(79.453)	(160.788)
Gerais e administrativas	24	(15.585)	(32.223)	(17.807)	(40.735)
Outras receitas operacionais, líquidas		(1.361)	(3.004)	(2.192)	(2.082)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		14.586	34.428	29.186	52.376
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	2.425	3.893	3.705	7.675
Despesas financeiras	25	(16.901)	(35.785)	(29.774)	(64.165)
Variações monetárias e cambiais	25	(16.348)	(15.576)	(7.758)	(2.252)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(16.238)	(13.040)	(4.641)	(6.366)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	20	709	-	899	(971)
Diferidos	20	4.576	4.066	771	2.932
Prejuízo do período		(10.953)	(8.974)	(2.971)	(4.405)
Ações em circulação no final do período		16.918	16.918	16.918	16.918
Prejuízo do período por ação - básico e diluído	21	(647,42)	(530,44)	(175,61)	(260,37)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Prejuízo do período	(10.953)	(8.974)	(2.971)	(4.405)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(10.953)	(8.974)	(2.971)	(4.405)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Reserva de reavaliação	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	52.658	34.355	20.040	(106.878)	175
Prejuízo do período	-	-	-	(4.405)	(4.405)
Depreciação do custo atribuído ao imobilizado líquido dos efeitos tributários	-	-	(872)	872	-
Depreciação de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários	-	(1.452)	-	1.452	-
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>52.658</u>	<u>32.903</u>	<u>19.168</u>	<u>(108.959)</u>	<u>(4.230)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	52.658	31.675	18.333	(110.830)	(8.164)
Prejuízo do período	-	-	-	(8.974)	(8.974)
Depreciação do custo atribuído ao imobilizado líquido dos efeitos tributários	-	-	(881)	881	-
Depreciação de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários	-	(1.199)	-	1.199	-
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>52.658</u>	<u>30.476</u>	<u>17.452</u>	<u>(117.724)</u>	<u>(17.138)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(8.974)	(4.405)
Ajustes		
Depreciação e amortização	24.747	25.579
Perda na alienação de ativo imobilizado	(128)	458
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30	98
Provisão para perdas de estoques	(111)	397
Outras provisões	711	2.116
Imposto de renda e contribuição social	(4.066)	(1.961)
Provisão para demandas judiciais	(597)	1.474
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	47.146	54.113
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outras contas	(4.585)	(884)
	54.173	76.985
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(35.733)	(188)
Estoques	8.316	3.214
Tributos a recuperar	(8.152)	3.522
Outros ativos	(2.305)	(9.128)
Fornecedores	571	(7.495)
Salários e encargos sociais	2.936	6.568
Impostos a recolher e parcelados	4.165	(12.733)
Outros passivos	(1.023)	7.029
Caixa proveniente das atividades operacionais antes dos juros pagos	22.948	67.774
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(21.368)	(36.486)
Juros pagos sobre outras contas	(5.279)	(10.310)
Caixa líquido (consumido)/gerado das atividades operacionais	(3.699)	20.978
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(10.205)	(9.119)
Aquisição de certificado de depósito bancário	(7.718)	(95.456)
Aquisição de instrumentos financeiros	-	(2.799)
Liquidação de certificado de depósito bancário	12.790	112.318
Liquidação de instrumentos financeiros	784	-
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimentos	(4.349)	4.944
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(52.422)	(120.299)
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	56.282	94.553
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamentos	3.860	(25.746)
(Consumo)/geração de caixa e equivalentes de caixa	(4.188)	176
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.605	6.732
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.417	6.908
(Consumo)/geração de caixa e equivalentes de caixa	(4.188)	176

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.**

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas		
Venda bruta de produtos	900.704	879.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30)	(98)
Devoluções e cancelamentos	(10.908)	(15.084)
Outras receitas	(373)	(969)
	889.393	863.763
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos	(330.605)	(280.548)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(207.497)	(203.601)
	(538.102)	(484.149)
Valor adicionado bruto	351.291	379.614
Depreciação e amortização	(24.747)	(25.579)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	326.544	354.035
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.893	7.675
Valor adicionado total a distribuir	330.437	361.710
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	78.612	92.377
Remuneração direta	60.213	71.641
Benefícios	13.375	14.025
FGTS	5.024	6.711
Impostos, taxas e contribuições	196.016	194.363
Federais	57.143	62.982
Estaduais	138.303	130.860
Municipais	570	521
Juros e aluguéis	64.783	79.375
Juros, variações cambiais e monetárias	51.180	66.061
Aluguéis	13.603	13.314
Prejuízo do período	(8.974)	(4.405)
Valor adicionado distribuído	330.437	361.710

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

a) Objeto social, produtos e marcas

A Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. ("Companhia") foi fundada em 1938, é uma sociedade anônima de capital aberto 100% nacional, tem sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a produção e comercialização das linhas de produtos apresentadas abaixo:

Produtos de consumo - compreendem as seguintes linhas de produtos e respectivas marcas, comercializadas no mercado varejista, atacadista e por distribuidores: Papel Higiênico - Personal, Personal VIP e Charme; Papel Toalha - Snob; Guardanapo - Snob, Snob Gala e Santepel; Lenço de Papel - Kiss; Lenço Umedecido - Kiss Refresh, Sym e Personal Baby; Absorvente e Protetor Íntimo - Sym e Fralda Descartável Infantil - Personal Baby.

Demais negócios - compreendem a linha Professional, que é composta por papéis destinados ao segmento de uso corporativo, como indústrias, escritórios, bares e restaurantes, hotéis, shopping centers, entre outros, comercializados através de distribuidores e representantes por meio das marcas Inovatta e Eco. A linha Professional também contempla a instalação de *dispensers* específicos para cada aplicação (papel toalha e higiênicos em bobina e interfolhados) e a comercialização de uma linha completa de sabonetes cosméticos, desenvolvidos especificamente para esse mercado, bem como álcool gel e antissépticos e nessa unidade de negócios são considerados também os papéis especiais que têm diversas aplicações na indústria, principalmente, no uso de embalagens flexíveis.

O atual parque industrial é composto por três unidades fabris em operação nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul:

- Unidade Fadlo Haidar (UFH) (Bragança Paulista - SP) - dedica-se à fabricação de papel e conversão em papéis higiênicos, toalhas, lenços e guardanapos, fraldas, absorventes e protetores íntimos, bem como do mix completo da linha Professional.
- Unidade da Penha (UP) (São Paulo - SP) - dedica-se à fabricação de papel, inclusive especiais.
- Unidade de Guaíba (UG) (Guaíba - RS) - dedica-se à fabricação de papeis especiais. A distribuição dos produtos em escala nacional ocorre através (i) do seu novo Centro de Distribuição, adjacente a sua principal unidade fabril UFH, localizada em Bragança Paulista, SP, e (ii) de depósito localizado em Alhandra, PB, e (iii) de filiais e distribuidores em diferentes estados.

b) Posição patrimonial, financeira e planos da Administração

A Administração tem envidado esforços contínuos para melhorar os resultados e a liquidez da Companhia, dentre os quais se destacam as seguintes ações:

- (i) Implementação de três reestruturações organizacionais em fevereiro, maio e setembro de 2017, com economias anuais estimadas em R\$ 20.755, deixando a Companhia mais enxuta e ágil.

Notas Explicativas

- (ii) Adicionalmente, durante o exercício de 2017, com o objetivo de melhorar a liquidez financeira da Companhia, a Administração conduziu processo de discussão junto às principais Instituições financeiras credoras de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures para reperfilamento do seu endividamento, incluindo a renegociação de outras condições contratuais vigentes.
- (iii) Em janeiro de 2018, a Santher concluiu processo de negociação de reperfilamento da sua dívida com oito dos principais bancos que operam no mercado financeiro brasileiro e que respondem por cerca de 90% do endividamento da Companhia que culminou no alongamento da dívida de forma bastante relevante, cujos detalhes estão explanados na nota explicativa 13 a. – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, divulgadas em 29 de março de 2018. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios e períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Accounting Standard* ("IAS") 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas à publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de agosto de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas nessas informações contábeis intermediárias são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com exceção ao CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros os quais entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Notas Explicativas

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A aplicação inicial dessa norma não trouxe efeitos relevantes e alterações substanciais nas informações contábeis intermediárias em relação ao que já é adotado e praticado pela Companhia, tanto no exercício corrente como nos saldos correspondentes.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo:

i. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

Notas Explicativas

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Veja (iii) Contabilidade de Hedge, abaixo para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O efeito da adoção do CPC 48 / IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 refere-se apenas aos novos requerimentos de *impairment*, conforme descrito.

Notas Explicativas

A tabela a seguir, e as notas explicativas abaixo, explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Ativos Financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	10.605	10.605
Instrumentos financeiros	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado	12.850	12.850
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	98.747	98.747
Partes relacionadas – direitos creditórios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	13.982	13.982
Total de ativos financeiros			136.184	136.184

ii. *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, contas a receber, partes relacionadas – direitos creditórios e depósitos compulsórios e judiciais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Para caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros, não houve efeitos de perdas esperadas de crédito, dados os *ratings* elevados de suas contrapartes.

A Companhia realizou um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento de um *aging* e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento e concluiu que não há efeitos de perdas de créditos esperadas significativas e alterações substanciais nas informações contábeis intermediárias em relação ao que já é adotado e praticado pela Companhia, principalmente, em função do rígido mecanismo de análise de liquidez de seus clientes.

Notas Explicativas

iii. **Contabilidade de hedge**

A IFRS 9 / CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*.

A Companhia não sofreu impacto desse novo modelo pois não adota contabilidade de *hedge*.

2.3. **Novas normas, alterações e interpretações de normas**

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor na data base dessas informações contábeis intermediárias da Companhia, estão divulgados abaixo:

- **IFRS 16 - Arrendamento Mercantil:** estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2019, ou após essa data. A Companhia ainda está estudando a adoção do referido pronunciamento e seus impactos nas suas demonstrações financeiras.
- Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades

Notas Explicativas

que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tal adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas e de valor justo

Na elaboração das informações contábeis intermediárias é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem entre outros:

(a) Julgamentos:

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Nota explicativa 6 – Contas a receber: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (determinação sobre a existência de uma perda ao seu valor recuperável):

A Companhia tem como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando o critério de provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo substancialmente os títulos vencidos acima de 90 dias, exceto aqueles amparados por garantias, deduzidos por devoluções em trânsito, e a totalidade dos títulos de clientes concordatários e falidos, ponderando as chances e evidências de negociação.

Para atender aos requisitos do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, a Companhia realizou um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento de um *aging* e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento e concluiu que não há efeitos de perdas de créditos esperadas significativas e alterações substanciais nas informações contábeis intermediárias em relação ao que já é adotado e praticado pela Companhia, principalmente, em função do rígido mecanismo de análise de liquidez de seus clientes.

Notas Explicativas

- (ii) Nota explicativa 7 – Estoques (determinação sobre a existência de perda ao seu valor realizável líquido):

A Companhia realiza mensalmente uma avaliação das perdas nos estoques adotando o critério de estoques descontinuados, baixo giro ou com custo superior ao valor realizável líquido.

- (b) Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (iii) Nota explicativa 11 e 12 – Imobilizado e intangível (determinação do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e valor em uso):

O valor residual e prazos de depreciação e amortização de ativos imobilizado e intangível são revisados anualmente pela área técnico-operacional e consultores externos, levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

- (iv) Nota explicativa 19 – Provisões para demandas judiciais (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos):

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas no resultado em despesas gerais e administrativas, quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante for estimável com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- (v) Nota explicativa 20 – Imposto de renda e contribuição social diferidos (determinação de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social possam ser utilizados):

Os ativos e passivos diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social entre valores contábeis e base

Notas Explicativas

fiscal, registradas provisões por conta de situações em que uma perda é esperada por conta de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros suficientes para suportar os valores registrados.

Nos termos do CPC 32 e IAS 12 o saldo de ativos fiscais diferidos será compensado em período inferior a dez anos, e uma perda é reconhecida se o valor presente do lucro tributável projetado nesse período não for suficiente para recuperar o saldo mantido na data-base, pelo valor da diferença. As projeções realizadas pela Administração da Companhia utilizam premissas e índices disponíveis por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e são fundamentadas no seu Plano de Negócios; e

- (vi) Nota explicativa 28 – Gestão de capital, risco financeiro e instrumentos financeiros (classificação, mensuração e determinação de valores justos):

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio da combinação de informações e dados disponíveis no mercado e de metodologias próprias de avaliações, selecionadas a partir de julgamentos visando produzir o valor de realização mais adequado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas contábeis poderá resultar em variações em relação aos valores estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano, e na avaliação mais recente da Companhia as estimativas e premissas contábeis adotadas se mostravam suficientes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	6.417	10.605
Total	6.417	10.605

5. Instrumentos financeiros

A composição dos saldos é como segue:

	Ativo	
	30/06/2018	31/12/2017
Instrumentos dolarizados (a)	-	78
Certificados de depósitos bancários	30	12.065
Instrumentos financeiros		
<i>Swap</i> de câmbio	-	707
Circulante	30	12.850
Certificados de depósitos bancários	11.938	4.794
Não circulante	11.938	4.794
Total	11.968	17.644

Notas Explicativas

- (a) As aplicações financeiras representadas por instrumentos dolarizados têm como objetivo diminuir a exposição cambial da Companhia.

As aplicações financeiras referem-se a montantes de alta liquidez e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, com remuneração que variam entre 98% e 99,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, sendo que parte substancial desses valores são mantidos como garantias dadas por conta de empréstimos captados pela Companhia.

6. Contas a receber

A composição dos saldos é como segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Clientes no país	125.480	90.100
Clientes no exterior	25.374	20.856
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.239)	(12.209)
Total	138.615	98.747
A vencer	118.171	72.056
30 dias	66.819	32.679
60 dias	46.884	35.398
90 dias	4.322	2.961
180 dias	146	1.018
Vencidos até	32.683	38.900
30 dias	8.073	10.922
60 dias	1.706	1.367
90 dias	985	1.373
180 dias	1.053	2.487
(+) 180 dias	20.866	22.751
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.239)	(12.209)
Total	138.615	98.747

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") da Companhia são as seguintes:

Em 1º de janeiro de 2017	11.933
(+) Adições PCLD	354
(-) Baixas PCLD	(78)
Em 31 de dezembro de 2017	12.209
(+) Adições PCLD	225
(-) Baixas PCLD	(195)
Em 30 de junho de 2018	12.239

Notas Explicativas

A Companhia tem como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando o critério de provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo substancialmente os títulos vencidos acima de 90 dias, exceto aqueles amparados por garantias, deduzidos por devoluções em trânsito, e a totalidade dos títulos de clientes concordatários e falidos, ponderando as chances e evidências de negociação.

Para atender aos requisitos do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, a Companhia realizou um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento de um *aging* e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento e concluiu que não há efeitos de perdas de créditos esperadas significativas e alterações substanciais nas informações contábeis intermediárias em relação ao que já é adotado e praticado pela Companhia, principalmente, em função do rígido mecanismo de análise de liquidez de seus clientes.

Os saldos a receber das grandes redes de varejo têm contrapartida em provisões para acordos contratuais, liquidados periodicamente, inclusive via abatimentos (vide nota explicativa 17 – provisões diversas), e nesse caso, nenhuma provisão para perdas com crédito desses clientes foi constituída.

A Administração da Companhia entende que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pela sua composição diluída, e considera a provisão para créditos de liquidação duvidosa suficiente para cobrir eventuais perdas sobre valores a receber em aberto.

Há operações de capital de giro que possuem garantias parciais de recebíveis, apresentados na rubrica "Empréstimos e financiamentos" e no passivo circulante (Nota explicativa 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures). O montante total dado em garantia nas operações mencionadas acima é de R\$ 72.204 no período findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 55.957 em 31 de dezembro de 2017).

7. Estoques

	30/06/2018	31/12/2017
Produtos acabados	48.418	52.916
Matérias-primas	18.821	17.850
Materiais auxiliares e componentes	5.186	4.837
Material em poder de terceiros	5.339	4.776
Materiais intermediários	3.285	5.360
Importações em andamento	4.594	6.605
Almoxarifado	12.611	12.731
Material para revenda	1.613	3.113
Outros	648	643
Provisão para perda nos estoques	(2.266)	(2.377)
Total	98.249	106.454

Notas Explicativas

As movimentações na provisão para perda nos estoques são as seguintes:

Em 1º de janeiro de 2017	1.909
(+) Adições	958
(-) Baixa/estornos	(490)
Em 31 de dezembro de 2017	2.377
(+) Adições	375
(-) Baixa/estornos	(486)
Em 30 de junho de 2018	2.266

Parte dos estoques foi dado em garantia nas operações da Companhia totalizando R\$ 24.000 em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

8. Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) (ii)	35.510	33.251
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (ii)	7.479	7.988
Total imposto de renda e contribuição social	42.989	41.239
Circulante	24.399	22.758
Não circulante	18.590	18.481
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)	37.887	39.646
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	71.441	56.674
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	83	988
REINTEGRA - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras	2.037	1.104
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	7.222	9.444
Contribuições previdenciárias (INSS) (iii)	13.013	13.813
Outros	3.471	3.471
Total tributos a recuperar	135.154	125.140
Circulante	37.793	40.481
Não circulante	97.361	84.659

- (i) Em dezembro de 2014, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos cujo valor atualizado perfaz o montante de R\$ 19.585 oriundos de ICMS sobre bonificações concedidas incondicionalmente recolhidos nos últimos cinco anos, com base em opiniões legais expressando chance de êxito praticamente certa em relação à ação judicial. Diante do atual posicionamento do STF e do STJ, as bonificações incondicionalmente concedidas podem ser excluídas das bases de cálculo do ICMS (Súmula nº 457 do STJ). O saldo remanescente de R\$ 18.302 se refere a créditos de ICMS como resultado das operações normais da Companhia, tais como CIAP e incentivo fiscal ICMS garantido do Estado da Paraíba.
- (ii) Inclui o montante de R\$18.590, referente a créditos de IRPJ e CSLL oriundos dos efeitos da inflação expurgada dos índices de correção monetária do balanço no período compreendido entre 1989 e 1994, o Plano Verão - Lei nº 8.200/91, com base no ganho da ação transitado em julgado no dia 12 de novembro de 2014. O saldo remanescente de R\$ 24.399 se refere a IRPJ e CSLL a restituir de anos anteriores (antecipação de imposto).
- (iii) O saldo demonstrado refere-se a: (a) créditos extemporâneos de INSS sobre cooperativas no montante de R\$ 319; (b) INSS Previdenciário oriundos de processo judicial que questiona a incidência da contribuição social sobre algumas verbas pagas na folha de pagamento, que não se destinam a "retribuir o trabalho", como determina artigo 22, I, da Lei nº 8.212/1991, no montante de R\$ 8.905; (c) o montante de R\$ 3.714 se refere à exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), que foi constituído com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, considerando decisão

Notas Explicativas

recente proferida pelo STF (recurso extraordinário nº 574.706), que esclareceu o conceito de faturamento bruto, e outros créditos no valor de R\$ 75.

Os créditos de PIS e COFINS referem-se, substancialmente, aos créditos decorrentes da desoneração de PIS e COFINS sobre o papel higiênico, que passou a vigorar a partir de 8 de março de 2013, por meio da MP nº 609/2013, convertida na Lei nº 12.839/2013.

9. Despesas do exercício seguinte, outros ativos e depósitos compulsórios e judiciais

A Companhia tem registrado como outros ativos, créditos e valores os seguintes saldos:

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Despesas do exercício seguinte (i)	6.453	6.038
Outros ativos circulantes (ii)	5.245	4.082
Não circulante		
Depósitos compulsórios e judiciais (iii)	13.801	12.657
Outros ativos não circulantes (iv)	3.967	3.967

(i) Basicamente prêmio de seguros no montante de R\$ 2.864 (R\$ 4.370 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Adiantamentos a funcionários e indenizações a receber por sinistros no montante de R\$ 3.989 (R\$ 3.535 em 31 de dezembro de 2017).

(iii) Principalmente depósitos recursais de reclamações trabalhistas e judiciais vinculados a contingências previdenciárias (INSS) no montante de R\$ 11.868 (R\$ 11.677 em 31 de dezembro de 2017).

(iv) Indenização contratual a receber no montante de R\$ 3.967 em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10. Investimentos

A Companhia mantém investimentos societários na controlada denominada Santher Argentina S.A. ("controlada"), sociedade de capital fechado, localizada na Argentina, que se encontra inativa e em fase de liquidação, até que se realizem seus créditos tributários.

Devido à baixa materialidade dos saldos e volume de transações realizadas pela controlada nos últimos exercícios, a Companhia não vem consolidando as informações financeiras da controlada nessas informações intermediárias. A Administração entende que a consolidação das informações financeiras da controlada não traz nenhuma mudança substancial no entendimento e leitura dos usuários das demonstrações financeiras sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, uma vez que a controlada está em fase de dissolução e possui saldos irrelevantes no contexto dessas informações contábeis intermediárias tomadas como um todo.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo do investimento se encontra zerado, em decorrência do passivo a descoberto. No período findo em 30 de junho de 2018, a controlada não apresentou variação na sua posição patrimonial e financeira. Conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, não existem riscos de demandas judiciais e contingências ou qualquer outro aspecto que requeiram novas provisões para cobertura de responsabilidades societárias relacionadas à controlada com efeito relevante nessas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

A movimentação dos saldos do imobilizado está apresentada a seguir:

	Taxa % a.a.	Custo	2018 (-) Depreciação	Líquido	2017 Líquido
Terrenos	-	36.793	-	36.793	36.793
Edificações e benfeitorias	42	110.398	(29.721)	80.677	81.949
Máquinas e equipamentos	15	630.570	(408.313)	222.257	234.176
Instalações	10	85.111	(59.211)	25.901	29.074
Equipamentos de informática	5	15.088	(11.313)	3.775	4.515
Veículos	6	2.835	(2.518)	317	344
Móveis e utensílios	12	13.757	(10.409)	3.347	3.772
Dispensers	3	46.883	(36.097)	10.786	9.367
Total em operação		941.435	(557.582)	383.853	399.990
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento	-	5.167	-	5.167	2.970
Total		946.602	(557.582)	389.020	402.960

Movimentação do custo	31/12/2017	Adição	Baixa	Transferência	30/06/2018
Terrenos	36.793	-	-	-	36.793
Edificações e benfeitorias	110.398	-	-	-	110.398
Máquinas e equipamentos	627.003	-	-	3.567	630.570
Instalações	84.859	-	-	252	85.111
Equipamentos de informática	15.088	-	-	-	15.088
Veículos	2.835	-	-	-	2.835
Móveis e utensílios	13.753	-	-	4	13.757
Dispensers	43.691	3.755	(563)	-	46.883
Total em operação	934.420	3.755	(563)	3.823	941.435
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento	2.970	6.020	-	(3.823)	5.167
Total	937.390	9.775	(563)	-	946.602

Movimentação da depreciação	31/12/2017	Adição	Baixa	Transferência	30/06/2018
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	(28.449)	(1.272)	-	-	(29.721)
Máquinas e equipamentos	(392.827)	(15.486)	-	-	(408.313)
Instalações	(55.785)	(3.426)	-	-	(59.211)
Equipamentos de informática	(10.573)	(740)	-	-	(11.313)
Veículos	(2.491)	(27)	-	-	(2.518)
Móveis e utensílios	(9.981)	(428)	-	-	(10.409)
Dispensers	(34.324)	(2.465)	692	-	(36.097)
Total em operação	(534.430)	(23.844)	692	-	(557.582)
Total	(534.430)	(23.844)	692	-	(557.582)

Notas Explicativas

Movimentação do custo	01/01/2017	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2017
Terrenos	36.793	-	-	-	36.793
Edificações e benfeitorias	108.475	-	-	1.923	110.398
Máquinas e equipamentos	617.855	-	(60)	9.208	627.003
Instalações	79.539	-	-	5.320	84.859
Equipamentos de informática	14.204	-	-	884	15.088
Veículos	2.835	-	-	-	2.835
Móveis e utensílios	13.744	-	-	9	13.753
Dispensers	42.114	3.523	(1.946)	-	43.691
Total em operação	915.559	3.523	(2.006)	17.344	934.420
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento	7.564	12.750	-	(17.344)	2.970
Total	923.123	16.273	(2.006)	-	937.390

Movimentação da depreciação	01/01/2017	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2017
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	(25.878)	(2.571)	-	-	(28.449)
Máquinas e equipamentos	(360.952)	(31.875)	-	-	(392.827)
Instalações	(48.984)	(6.801)	-	-	(55.785)
Equipamentos de informática	(9.289)	(1.284)	-	-	(10.573)
Veículos	(2.445)	(46)	-	-	(2.491)
Móveis e utensílios	(9.043)	(938)	-	-	(9.981)
Dispensers	(30.828)	(5.394)	1.898	-	(34.324)
Total em operação	(487.419)	(48.909)	1.898	-	(534.430)
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
Total	(487.419)	(48.909)	1.898	-	(534.430)

Em 30 de junho de 2018, o saldo de imobilizações em andamento totalizou R\$ 5.167 (R\$ 2.970 em 31 de dezembro de 2017) e refere-se basicamente a projetos industriais, com expectativa de entrarem em operação ao longo de 2018.

Conforme fundamentado na nota explicativa 2.17 – Recuperação de ativos não financeiros das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a existência de indicadores que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima dos seus valores recuperáveis. Dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida, tampouco se observou necessidade de reavaliar os aspectos relacionados a *impairment* nessas informações contábeis intermediárias.

As despesas de arrendamento no período findo em 30 de junho de 2018 totalizaram R\$ 3.032 (R\$ 2.948 no período findo em 30 de junho de 2017), referentes ao arrendamento operacional de veículos, máquinas e equipamentos, sendo incluídas na demonstração de resultados como parte das despesas gerais e administrativas.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos conforme descrito na nota explicativa 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

A unidade fabril localizada em Governador Valadares no estado de Minas Gerais foi encerrada em novembro de 2016 e o valor residual dos ativos imobilizados correspondentes totalizam R\$ 47.277 em 30 de junho de 2018 (R\$ 47.277 em 31 de dezembro de 2017). Baseada em laudo de avaliação

Notas Explicativas

de consultores independentes, a Administração não prevê nenhum impacto no valor recuperável de tais ativos da Companhia, uma vez que o valor justo menos despesas para venda ("less cost to sell") dos referidos bens era superior ao seu valor residual na data das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo que nenhum indicativo de perda foi identificado nessas informações contábeis intermediárias. A Administração da Companhia está avaliando também a venda desses ativos em suas condições atuais.

12. Intangível

O saldo é composto basicamente por softwares que são amortizados pela taxa média ponderada de 25% a.a. A composição do saldo e a movimentação entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2018 estão apresentadas a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.781
Adições	2.848
Amortizações	(2.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.446
Adições	430
Amortizações	(902)
Saldo em 30 de junho de 2018	3.974

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Acordo de reperfilamento da dívida

Em janeiro de 2018, a Companhia concluiu negociação de reperfilamento da sua dívida com oito dos principais bancos que operam no mercado financeiro brasileiro e que respondem por cerca de 90% do endividamento bancário da Companhia (Acordo). Esta negociação proporciona um alongamento da dívida da Companhia de forma bastante relevante e reduz de modo expressivo a sua dívida circulante.

Os principais termos deste alongamento são os seguintes:

- Dívida total envolvida no processo de renegociação: R\$ 484 milhões.
- Prazo: 5 anos.
- Carência de principal: 2 anos.
- Cronograma de pagamento do principal: 10% do saldo em 2020, 10% do saldo em 2021, 80% em 2022. Sendo que em 2022, 60% é pago no 12º mês de 2022, e 20% são realizados em pagamentos mensais ao longo dos 11 primeiros meses de 2022.
- Juros: pagamentos mensais iniciando em 2018, sendo que em 2018, os juros serão cobrados a base de 100% do CDI. O spread sobe de forma escalonada a cada ano, de modo que os juros médios ponderados no período de 5 anos serão de CDI + 2,6% a.a.

Notas Explicativas

- Foram estabelecidos *covenants* financeiros em patamares mais flexíveis e levando em consideração projeções financeiras conservadoras, conforme segue:
 - Dívida Bruta Total/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira Bruta, sendo que cada índice não pode ser descumprido por dois trimestres consecutivos;
 - Dívida Bruta Total/Patrimônio Líquido Ajustado (excluindo prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2017) e Liquidez Corrente, sendo que estes índices não podem ser descumpridos por dois trimestres consecutivos de forma concomitante.
- Garantias adicionais:
 - Alienação fiduciária do imóvel, de propriedade da Qualyservice Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("Qualyservice"), no qual se localiza o Centro de Distribuição de Bragança Paulista, SP;
 - Alienação fiduciária de equipamentos de propriedade da Qualyservice, situados no Centro de Distribuição de Bragança Paulista, SP, a qual terá como condição suspensiva a quitação integral do financiamento destes equipamentos com recursos do BNDES - linha FINAME ("FINAME"); e
 - Alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Santher, representantes de 20% (vinte por cento) do seu capital social, de titularidade do SOL - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b) Taxas médias anuais dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros anuais - média		
	ponderada - % a.a. em 30 de junho de 2018	30/06/2018	31/12/2017
Moeda nacional			
Capital de giro	Pós-fixada média de CDI + 1,36%	296.560	202.643
Mútuo com partes relacionadas (nota 27)	Pós-fixada média de CDI	17.927	13.982
Finame (Repasse BNDES)	Pré-fixada média 6,00%	1.349	1.972
Leasing	Pré-fixada média de 13,55%	810	980
Moeda estrangeira			
Financiamento de importação	Pós-fixada média Libor + 1,05%	4.665	6.206
Exportação - Pré-pagamento/ACC (juros em US\$)	Pós-fixada média Libor + 1,05% / Pré-fixada média de 6,94%	131.720	35.585
Exportação - Pré-pagamento/ACC (juros em R\$)	Pré-fixada média de 6,94%	-	162.428
Total		453.031	423.796
Circulante		62.616	409.814
Não circulante		390.415	13.982

Notas Explicativas

Os saldos contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	30/06/2018	31/12/2017
Reais	316.646	219.577
Dólares americanos	136.385	204.219
Total	453.031	423.796

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	30/06/2018
2019 (a partir de 1º de julho)	10.563
2020	43.450
2021	35.375
2022	301.027
Total	390.415

No período findo em 30 de junho de 2018, o saldo devedor de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 184.211 (R\$ 165.068 em 31 de dezembro de 2017) está garantido por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos.

A Companhia tem parte de seus passivos financeiros vinculados a contratos com cláusulas restritivas (*covenants*), também aplicáveis às debêntures, pelos quais está obrigada à manutenção de limites de alguns índices financeiros, cujo descumprimento pode resultar, a critério dos respectivos credores, após notificação, no vencimento antecipado e a consequente reclassificação para o curto prazo das parcelas de longo prazo das respectivas obrigações. Os *covenants* financeiros são avaliados pela Administração e reportados trimestralmente às instituições credoras de acordo com os respectivos contratos, sendo os principais os seguintes:

- (i) Dívida bruta total/EBITDA e EBITDA/despesa financeira bruta, sendo que cada índice não pode ser descumprido por dois trimestres consecutivos;
- (ii) Dívida bruta total/patrimônio líquido ajustado (excluindo prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2017) e liquidez corrente, sendo que estes índices não podem ser descumpridos por dois trimestres consecutivos de forma concomitante.

Na data-base de 30 de junho de 2018, a Companhia cumpriu todos os *covenants* negociados junto aos bancos.

Debêntures

Em 2012, a Companhia captou recursos por meio da distribuição da 6ª e 7ª emissão de debêntures nos termos da Instrução CVM nº 476/09 com as seguintes características:

	Série	Emissão	Montante R\$
6ª emissão	Única	15 de junho de 2012	195.000
7ª emissão	Única	26 de dezembro de 2012	74.000

Notas Explicativas

Foram emitidas 195 debêntures simples na 6ª emissão, e 74 debêntures simples na 7ª emissão, ambas não conversíveis em ações da emissora, de espécie com garantia real.

Em 13 de junho de 2014, foi concluída negociação com os debenturistas da 6ª emissão de debêntures visando o alongamento do cronograma dos vencimentos de amortização do principal. O vencimento final da operação foi postergado de junho de 2016 para junho de 2018 e o novo cronograma de amortização da dívida contempla o pagamento de oito parcelas semestrais consecutivas iniciando-se em 15 de dezembro de 2014 com término em 15 de junho de 2018. Essa negociação também contemplou a redução do *spread* da operação. Os juros remuneratórios foram reduzidos de CDI + 3,6% a.a. para CDI + 3,45% a.a.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia realizou o pagamento integral da 7ª emissão de debêntures no montante de R\$ 78.821, sendo R\$ 74.000 de principal e R\$ 4.821 correspondentes aos juros.

Em 4 de agosto de 2016, foi realizada Assembleia Geral dos Debenturistas (AGD) formalizando o alongamento da 6ª emissão de debêntures. O vencimento final foi postergado de 15 de junho de 2018 para 15 de junho de 2019. A parcela de junho de 2016 foi postergada para dezembro de 2018. Quanto à parcela que venceria em 15 de dezembro de 2016, o valor principal foi alterado de R\$ 23.571 para R\$ 5.000 e o saldo remanescente postergado para 15 de junho de 2019.

Ao longo do exercício de 2017 foram realizadas Assembleias Gerais dos Debenturistas (AGDs) formalizando a postergação do pagamento da parcela com vencimento em 15 de junho de 2017 e com a conclusão da negociação de reperfilamento da dívida passou a seguir o novo cronograma conforme fluxo de pagamento no início desta nota explicativa.

A composição dos saldos está apresentada a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Debêntures	130.812	112.857
Juros a pagar	129	17.079
Custo de transação	(1.534)	(88)
Total	129.407	129.848
Circulante	129	129.848
Não circulante	129.278	-

No período findo em 30 de junho de 2018 e exercício findo em 31 dezembro de 2017, o saldo devedor de debêntures estava garantido por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos.

Existem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), as quais o descumprimento pode ocasionar o vencimento antecipado das debêntures, sendo a seguir apresentados os principais indicadores financeiros:

- (i) Dívida bruta total/EBITDA e EBITDA/despesa financeira bruta, sendo que cada índice não pode ser descumprido por dois trimestres consecutivos;
- (ii) Dívida bruta total/patrimônio líquido ajustado (excluindo prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2017) e liquidez corrente, sendo que estes índices não podem ser

Notas Explicativas

descumpridos por dois trimestres consecutivos de forma concomitante.

Na data-base de 30 de junho de 2018, a Companhia cumpriu todos os *covenants* negociados junto aos debenturistas.

- c) Os fluxos de pagamentos futuros do principal e juros da dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

	Valor Dívida	Moeda		Fluxos de caixa contratuais					Total
				Até 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	Mais que 5 anos	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	446.113	R\$	Principal	46.179	34.795	41.036	60.714	279.334	462.058
			Juros	31.795	36.264	35.432	30.945	21.711	156.147
				77.974	71.059	76.468	91.659	301.045	618.205
Empréstimos e Financiamentos	136.325	USD	Principal	14.797	6.041	12.082	19.222	83.477	135.619
			Juros	5.658	6.651	6.856	5.953	2.427	27.545
				20.455	12.692	18.938	25.175	85.904	163.164
Total	582.438			98.429	83.751	95.406	116.834	386.949	781.369

- d) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	31 de dezembro de 2017	Fluxo de caixa				Variação não monetária		30 de junho de 2018
		Adição	Pagamentos	Juros pagos	Transferências	Efeito de taxa de câmbio	Juros provisionados	
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	409.814	58.166	(52.422)	(17.845)	(360.297)	2.303	22.897	62.616
Debêntures	129.848	-	-	(3.523)	(130.813)	-	4.617	129
	539.662	58.166	(52.422)	(21.368)	(491.110)	2.303	27.514	62.745
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	13.982	(646)	-	-	359.750	16.154	1.175	390.415
Debêntures	-	(1.238)	-	-	130.516	-	-	129.278
	13.982	(1.884)	-	-	490.266	16.154	1.175	519.693
	553.644	56.282	(52.422)	(21.368)	(844)	18.457	28.689	582.438

14. Fornecedores

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	218.110	218.724
Fornecedores estrangeiros	5.397	4.036
Total	223.507	222.760

O saldo de fornecedores nacionais contempla substancialmente a compra de matéria-prima

Notas Explicativas

(celulose e aparas).

15. Salários e encargos

A Companhia tem registrado como salários e encargos sociais os seguintes saldos:

	30/06/2018	31/12/2017
13º Salário	4.712	-
Férias	12.164	12.300
FGTS	635	923
INSS	3.417	3.511
Abono indenizatório (i)	1.789	2.245
Outros	996	1.798
	23.713	20.777

(i) Valor anual previsto no acordo coletivo homologado pelo sindicato a ser pago aos colaboradores até o nível hierárquico de supervisão.

16. Impostos a recolher e parcelados e Imposto de renda e contribuição social a recolher

	30/06/2018	31/12/2017
Impostos parcelados		
Parcelamento da Lei nº 13.496/2017 (PERT) (i)	2.325	2.274
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (ii)	3.265	6.136
Parcelamento previdenciário (INSS) (iii)	9.346	3.877
Subtotal	14.936	12.287
Impostos correntes		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	17.576	15.902
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	54	48
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.402	1.110
Outros	931	395
Subtotal	19.963	17.455
Total impostos a recolher e parcelados	34.899	29.742
Circulante	23.536	23.997
Não circulante	11.363	5.745

(i) Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela medida provisória 783/2017, convertida na lei 13.496/2017. O débito incluído no programa refere-se a um processo que estava sendo discutido no CARF referente a uma autuação fiscal de uma compensação supostamente indevida entre tributos federais de naturezas distintas. A Companhia está aguardando a autorização da Receita Federal para liquidar o saldo remanescente da dívida com o prejuízo fiscal e/ou saldo negativo da contribuição social.

(ii) Refere-se ao parcelamento ordinário de ICMS não inscrito em dívida ativa da União.

(iii) Refere-se ao parcelamento previdenciário de INSS.

O montante do benefício fiscal sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS), apurado nas vendas pelo depósito localizado no Estado da Paraíba e Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA), foi de R\$ 4.631 em 30 de junho de 2018 (R\$ 3.801 em 30 de junho de 2017) e registrados diretamente no

Notas Explicativas

resultado do exercício na rubrica de "outras deduções de vendas".

17. Provisões diversas

A Companhia tem registrado como provisões diversas os seguintes saldos:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para fretes (i)	13.755	13.428
Provisão para acordos contratuais (ii)	11.400	11.791
Provisão para contas a pagar	3.805	4.346
Outras	1.467	1.573
	30.427	31.138

- (i) Refere-se à estimativa dos fretes devidos pela distribuição de produtos, porém, ainda não faturados contra a Companhia pelos respectivos transportadores.
- (ii) Refere-se à estimativa de valores a pagar relacionados a compromissos assumidos em contrato com clientes para apoio comercial, logístico e financeiro, liquidados por meio de abatimento em recebíveis ou pelo pagamento em bases mensais, trimestrais e anuais.

18. Outras contas a pagar

A Companhia tem registrado como outras contas a pagar os seguintes saldos:

	30/06/2018	31/12/2017
Fretes	7.442	3.697
Verbas e ações promocionais	255	55
Concessionárias (água, luz e telefone)	7.457	8.440
Seguros	2.720	2.209
Outras	3.062	7.523
	20.936	21.924

19. Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de origem tributária, trabalhista e cível que se encontram em instâncias diversas. As provisões para demandas judiciais, constituídas para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso, são efetuadas e atualizadas com base na avaliação da possibilidade de perda estimada pelos consultores jurídicos da Companhia. Os processos classificados com chances de perda "possível" e "remota" não possuem provisão.

Os saldos das provisões de natureza tributária incluem também valores compensados com créditos fiscais, ainda em discussão, mas cujo benefício já foi aproveitado pela Companhia, tendo em vista as elevadas possibilidades de êxito.

Notas Explicativas

A composição dos saldos está apresentada a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Tributárias	5.031	4.998
Trabalhistas	12.228	13.190
Cíveis e outras	10.998	10.666
Total	28.257	28.854

A natureza das atuais provisões pode ser sumariada como segue:

Tributárias - correspondem substancialmente a divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais, e parte dessas demandas vem sendo discutida judicialmente, principalmente quanto à incidência de contribuições previdenciárias e tributação de IPI, cujo entendimento da Companhia a partir de 2010, com base em opinião de seus consultores jurídicos, é por provável expectativa de perda.

Os processos judiciais nos quais a Companhia figurava como parte e foram avaliados pelos seus consultores legais como sendo de risco possível montam em 30 de junho de 2018 no valor aproximado de R\$ 236.504 (R\$ 250.502 em 31 de dezembro de 2017). Tais processos envolvem principalmente autuações de autoridades fiscais por revisões nas apurações de impostos, como IRPJ, CSLL, ICMS, PIS/COFINS, IPI, CPMF e INSS, e também ações impetradas pela Companhia como autora questionando critérios e bases de apuração para tributos recolhidos.

Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de ex-colaboradores relacionadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía processos trabalhistas com probabilidade de perda possível que totalizavam R\$ 9.983 (R\$ 11.870 em 31 de dezembro de 2017), todos com a mesma natureza das causas prováveis.

Cíveis e outras - representam, principalmente, ações pleiteando danos morais, materiais e processos investigatórios de alterações nas especificações de produtos da Companhia.

De acordo com os assessores jurídicos, os processos cujas probabilidades de perda são classificadas como possível montam em 30 de junho de 2018 no valor de R\$ 3.136 (R\$ 3.082 em 31 de dezembro de 2017), todos com a mesma natureza das causas prováveis.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para demandas judiciais é demonstrada a seguir:

	Provisão para demandas judiciais
Em 1º de janeiro de 2017	44.173
Constituição de provisão	5.238
Transferência para contas a pagar	(1.524)
Processos baixados	(19.220)
Atualizações (inclusive monetárias)	187
Em 31 de dezembro de 2017	28.854
Constituição de provisão	1.111
Transferência para contas a pagar	(1.136)
Processos baixados	(141)
Atualizações (inclusive monetárias)	(431)
Em 30 de junho de 2018	28.257

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, dado o direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, e considerando que os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, que faculta a liquidação dos saldos numa base líquida.

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue conforme sua origem:

	Diferido ativo		Diferido passivo	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais de imposto de renda	42.189	38.654	-	-
Bases negativas de contribuição social	17.032	15.760	-	-
Diferenças temporárias				
Provisão para demandas judiciais	10.417	10.620	-	-
Provisão para acordos comerciais	5.056	5.291	-	-
Provisão para devedores duvidosos	4.289	4.279	-	-
Outras diferenças temporárias	4.315	5.699	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	11.101	11.555
Reserva de reavaliação	-	-	14.794	15.411
Total	83.298	80.303	25.895	26.966
Ativo líquido total	57.403	53.337	-	-

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 e IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributável decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos seguintes exercícios:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2018</u>
2018 (a partir de 1º de julho)	3.453
2019	8.754
2020	10.094
2021	12.434
2022	14.881
2023	9.606
Total	<u>59.222</u>

Ao fim do período os créditos tributários registrados acima possuem prazo de aproveitamento em até seis anos. Sua realização está suportada pelo orçamento revisado de 2018 e as últimas projeções de resultados para os próximos anos, as quais sinalizam margens líquidas positivas e base de cálculo tributável de imposto de renda e contribuição social futura.

O passivo de imposto diferido é decorrente basicamente de reavaliações do ativo imobilizado realizadas em exercícios anteriores, assim como sobre o custo atribuído do ativo imobilizado registrado na data de transição dos CPC's e IFRS's. A realização desses impostos diferidos está vinculada à realização por depreciação ou alienação dos correspondentes bens.

A estimativa de quando esses valores serão realizados segue a vida útil do ativo imobilizado, de 3 a 42 anos.

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.040)	(6.366)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	<u>4.434</u>	<u>2.164</u>
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Adições e exclusões, líquidas - diferenças permanentes	<u>(368)</u>	<u>(203)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>4.066</u>	<u>1.961</u>
Corrente	-	(971)
Diferidos	4.066	2.932
Alíquota efetiva - %	31,18	30,80

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital integralizado é de R\$ 52.658.

O capital é representado por 16.918 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Ajustes de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação

A composição dos ajustes de avaliação patrimonial é formada pelo custo atribuído do ativo imobilizado registrado no momento de transição para as novas práticas contábeis (CPC's e

Notas Explicativas

IFRS's), incluindo saldo de reserva de reavaliação sobre o ativo imobilizado efetuada em anos anteriores.

c) Dividendos

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme a legislação societária. A Assembleia Geral de Acionistas pode deliberar também sobre a distribuição de resultados na forma de pagamentos de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente.

d) Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores em 30 de junho de 2018 e 2017. Como não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, o cálculo efetuado pela Companhia não apresentou quantidades de ações dilutivas, sendo o lucro diluído por ação igual ao lucro básico por ação. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro que possa diluir suas ações e ser considerado no cálculo.

	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo do período	(8.974)	(4.405)
Ações em circulação no final do período	16.918	16.918
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no fim do período - R\$	(530,44)	(260,37)

22. Receita líquida das vendas

	30/06/2018	30/06/2017
Receita bruta de vendas		
No mercado interno	844.651	836.676
No mercado externo	56.053	43.237
Impostos sobre vendas e outras deduções	(186.741)	(181.475)
Incentivos fiscais	4.631	3.801
Devoluções e cancelamentos	(10.908)	(15.085)
Receita líquida de vendas	707.686	687.154

23. Informações por segmento de negócios

As informações por segmento de negócios estão sendo apresentadas conforme a Administração definiu a estrutura de gerenciamento operacional e com base nos relatórios utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia, revisados pela Diretoria executiva. Esta efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva de resultado e a ótica de linhas de produto e canais de comercialização, a fim de avaliar o desempenho e alocar novos recursos de investimentos.

As informações sobre os negócios somente consideram as transações e saldos diretamente atribuíveis aos segmentos, e que podem ser alocados em bases razoáveis, razão pela qual restringem-se à apuração do resultado operacional antes do resultado financeiro e não contemplam itens do ativo e passivo e receitas e despesas financeiras, bem como o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, em função de a administração dos segmentos não ocorrer separadamente nesse nível de detalhes e não ser possível a sua atribuição a cada um desses segmentos de forma objetiva.

Notas Explicativas

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria executiva e correspondentes aos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017, são as seguintes:

a) Para o período findo em 30 de junho de 2018:

Descrição	Produtos de consumo	Demais negócios (*)	Corporativo	Total
Receita líquida das vendas	549.414	158.272	-	707.686
Custo dos produtos vendidos	(350.242)	(122.598)	-	(472.840)
Lucro bruto	199.172	35.674	-	234.846
Margem bruta %	36,3%	22,5%	-	33,2%
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(142.523)	(22.668)	-	(165.191)
Gerais e administrativas	-	-	(32.223)	(32.223)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(3.004)	(3.004)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	56.649	13.006	(35.227)	34.428

(*) Vide nota explicativa 1.a – Contexto operacional.

b) Para o período findo em 30 de junho de 2017:

Descrição	Produtos de consumo	Demais negócios (*)	Corporativo	Total
Receita líquida das vendas	528.936	158.218	-	687.154
Custo dos produtos vendidos	(321.349)	(109.824)	-	(431.173)
Lucro bruto	207.587	48.394	-	255.981
Margem bruta%	39,2%	30,6%	-	37,3%
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(138.365)	(22.423)	-	(160.788)
Gerais e administrativas	-	-	(40.735)	(40.735)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(2.082)	(2.082)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	69.222	25.971	(42.817)	52.376

(*) Vide nota explicativa 1.a – Contexto operacional.

24. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada nas suas funções. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado em 30 de junho de 2018 e 2017 são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

	30/06/2018	30/06/2017
Matérias-primas e materiais de consumo	(357.896)	(310.758)
Despesa com salários e encargos	(95.054)	(110.139)
Despesa com fretes	(71.692)	(65.994)
Despesas variáveis de vendas	(47.637)	(46.849)
Despesa com água, telefone, energia elétrica e gás	(50.319)	(49.685)
Depreciação e amortização	(24.747)	(25.579)
Despesa com tributos	(2.299)	(1.192)
Despesas com aluguel	(10.497)	(10.234)
Despesas com transportes	(2.808)	(2.473)
Provisão para perda nos estoques	(5)	(433)
Provisão para devedores duvidosos	(30)	(98)
Despesas com seguro	(2.804)	(3.020)
Outras despesas	(4.466)	(4.768)
Custo total dos custos dos produtos vendidos, despesas de vendas e despesas administrativas	(670.254)	(631.222)
Custo dos produtos vendidos	(472.840)	(431.173)
Despesas de vendas	(165.191)	(160.788)
Despesas administrativas	(32.223)	(39.261)

25. Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações financeiras	88	1.987
Atualização monetária de créditos tributários	1.861	2.934
Juros sobre créditos a receber	317	279
Ganhos com derivativos (<i>swap</i> de câmbio)	449	1.789
Atualização de créditos com partes relacionadas	424	686
Outras	754	-
Total das receitas financeiras	3.893	7.675
Juros e despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.115)	(40.054)
Juros sobre as contas a pagar e com aquisição de insumos (celulose)	(4.245)	(6.008)
Custo de transação	(3.317)	(1.499)
Despesas bancárias com cobranças e IOF	(384)	(759)
Juros com operações de cessão	(5.543)	(7.212)
Perda com derivativos (<i>swap</i> de câmbio)	-	(1.131)
Outras	(3.181)	(7.502)
Total das despesas financeiras	(35.785)	(64.165)
Empréstimos e financiamentos	(18.457)	(3.273)
Outros ativos e passivos - líquidos	2.881	1.021
Total das variações cambiais	(15.576)	(2.252)
Resultado financeiro, líquido	(47.468)	(58.742)

26. Compromissos

A Companhia possui compromissos nas datas dos balanços decorrentes principalmente de contratos de aquisição de produtos, insumos e serviços, aluguéis de imóveis e arrendamento operacional. Os valores correspondentes a esses compromissos não estão refletidos no balanço

Notas Explicativas

patrimonial. Os desembolsos futuros assumidos em decorrência dos principais contratos são demonstrados como segue (incluindo estimativas):

	30/06/2018	31/12/2017
Celulose		
Dentro de um ano	240.000	240.000
Mais de um ano e menos de cinco anos	20.000	140.000
Aluguéis de imóveis		
Dentro de um ano	21.691	20.580
Mais de um ano e menos de cinco anos	98.402	96.375
Mais de cinco anos	164.926	163.758
Energia elétrica/térmica		
Dentro de um ano	98.742	120.264
Mais de um ano e menos de cinco anos	38.610	77.220
Total dos compromissos	682.371	858.197

27. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado envolvendo partes relacionadas e a remuneração de profissionais-chave da Administração estão apresentados a seguir:

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo não circulante		
Partes relacionadas - direitos creditórios		
HIM Participações S.A. (i)	6.891	6.679
MAINA Participações S.A. (i)	6.892	6.680
Santher Argentina S.A (ii)	377	377
(-) Provisão devedores duvidosos (iv)	(377)	(377)
	13.783	13.359
Outras contas a pagar (aluguéis) (iii)		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.	1.118	732
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.	303	400
PMH Participações Ltda.	-	24
RMH Participações Ltda.	-	24
	1.421	1.180
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (nota 13)		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.(v)	9.000	6.866
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.(v)	6.263	4.712
PMH Participações Ltda.(v)	371	276
RMH Participações Ltda.(v)	371	276
Mútuo com acionistas (vi)	1.922	1.852
	17.927	13.982

Notas Explicativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Demonstração do resultado		
Despesa com vendas (iii)		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.	(6.755)	(6.709)
Despesas gerais e administrativas (iii)		
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.	(2.774)	(2.399)
PMH Participações Ltda.	(119)	(164)
RMH Participações Ltda.	(119)	(164)
	<u>(3.012)</u>	<u>(2.727)</u>
Receitas financeiras (i)		
HIM Participações S.A.	212	343
MAINÁ Participações S.A.	212	343
	<u>424</u>	<u>686</u>
Despesas financeiras		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.(v)	(310)	-
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.(v)	(188)	-
PMH Participações Ltda.(v)	(12)	-
RMH Participações Ltda.(v)	(12)	-
Mútuo com acionistas	(69)	(106)
	<u>(591)</u>	<u>(106)</u>
	<u>(9.934)</u>	<u>(8.856)</u>

- (i) Refere-se a: (a) créditos pela cessão em caráter irrevogável aos acionistas controladores, GHP Participações S.A. e H3 Participações S.A., de direitos creditórios sobre ação judicial em fase de execução movida contra as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, decorrentes de diferenças de correção monetária e juros dos valores recolhidos como empréstimo compulsório sobre faturas de energia elétrica, com base na Lei nº 4.152/62. A Companhia recebeu em fevereiro de 2015, parte dos valores (R\$ 13.239, considerado em 31/12/2014 no curto prazo), sendo que a quitação do saldo remanescente dar-se-á em quatro parcelas semestrais e sucessivas, com vencimento a partir de 2020 e sujeitas à atualização monetária pela variação de 100% CDI, apropriada no resultado em receitas financeiras. Em 30 de novembro de 2016, as empresas GHP Participações S.A. e H3 Participações S.A. cederam e transferiram os créditos às cessionárias Mainá Participações S.A. e HIM Participações S.A., respectivamente, as quais assumiram integralmente a dívida de forma definitiva, irrevogável e irreatável.
- (ii) Corresponde a empréstimos de mútuo para cobertura de despesas gerais da controlada que se encontram inativas no aguardo dos trâmites judiciais para encerramento da controlada (vide comentários na nota explicativa 10 - Investimentos).
- (iii) Refere-se à locação de imóveis para realização de atividades operacionais da Companhia.
- (iv) Corresponde à provisão para perda relacionada aos empréstimos de mútuo para cobertura de despesas gerais da controlada que se encontram inativas e em fase de encerramento da controlada (vide comentários na nota explicativa 10 - Investimentos).
- (v) Ao longo do ano de 2017, como forma de aumentar sua liquidez, a Companhia em comum acordo com seus locadores, deixou de realizar parte do pagamento dos aluguéis devidos. Em dezembro de 2017, foram firmados contratos de mútuo entre as partes, estabelecendo a atualização dos valores considerando a aplicação de CDI + 4% a.a. até 23 de janeiro de 2018, 100% do CDI entre 24 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, CDI + 2% a.a. em 2019 e 2020 e CDI + 4% a.a. a partir de 2021. O vencimento da dívida ocorrerá em dezembro de 2022.
- (vi) Em dezembro de 2016, acionistas concederam empréstimo à Companhia no valor individual principal de R\$ 800. Os valores estão sendo corrigidos a aplicação de CDI + 4% a.a. até 23 de janeiro de 2018, 100% do CDI entre 24 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, CDI + 2% a.a. em 2019 e 2020 e CDI + 4% a.a. a partir de 2021. O vencimento da dívida ocorrerá em dezembro de 2022.

c) Remuneração de pessoal-chave de Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração total, incluindo encargos sociais e benefícios, reconhecidos nos resultados dos exercícios findos

Notas Explicativas

em 30 de junho de 2018 e 2017, está demonstrada a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Conselho de Administração		
Vencimentos e encargos	4.607	11.102
Diretoria Executiva		
Salários e encargos	2.587	2.541
Participação em lucros e resultados - PLR	-	752
Total	7.194	14.395

d) Compromisso de arrendamento operacional

Em 1º de outubro de 2014, a Companhia contratou uma operação de arrendamento mercantil de imóvel (vide nota explicativa 26 - Compromissos) junto à parte relacionada Qualyservice Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. para fins comerciais, mais especificamente para a armazenagem de mercadorias. Os pagamentos são mensais, e foram iniciados em meados de 2015, pelo prazo de 20 anos. Desde que a Companhia tenha cumprido fiel e regularmente as obrigações assumidas no contrato, terá direito à renovação da locação, nos termos dos artigos 71 e seguintes da Lei nº 8.245/91, podendo, ainda, as partes acordarem espontaneamente as condições em que se dará a renovação do presente contrato. A Companhia determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições do contrato e conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e IAS 17 - *Leases*, que se trata de um arrendamento mercantil operacional.

e) Identificação das partes relacionadas

Exceto pelas transações com acionistas, as demais partes relacionadas são parte do mesmo Grupo Econômico dos controladores finais.

28. Gestão de capital, risco financeiro e instrumentos financeiros

28.1. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A dívida líquida compreende os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros passivos, deduzidos pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa e mais instrumentos financeiros ativos. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos no período com relação aos descritos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2018 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os indicadores estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	453.031	423.796
Debêntures (Nota 13)	129.407	129.848
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(6.417)	(10.605)
(-) Instrumentos financeiros ativos (Nota 5)	(11.968)	(17.644)
Dívida líquida	564.053	525.395
Patrimônio líquido	(17.138)	(8.164)
Índice de alavancagem financeira	32,91	64,36

28.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

a) Riscos com taxas de câmbio

O risco associado com câmbio decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A maior parte da receita da Companhia ("concentração de vendas") advém dos produtos de consumo, sobretudo papel higiênico e papel toalha, e uma parcela significativa dos insumos é a celulose ("concentração de matéria-prima"). Caso o preço da celulose tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar para os preços de venda esse aumento no custo ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional pode ser impactada.

Parte substancial das operações de empréstimos em moeda estrangeira da Companhia são Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) e Pré-Pagamentos de Exportação (PPE), que também estão expostos a riscos com taxas de câmbio.

Dessa forma, a Companhia entende que não existem riscos significativos pela alteração da taxa de câmbio, uma vez que possui ativos e passivos em moeda estrangeira, o que acaba proporcionando um *hedge* natural dentro das operações.

Notas Explicativas

b) Exposição cambial líquida

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía ativos denominados em dólar no montante de R\$ 33.277 (R\$ 33.486 em 31 de dezembro de 2017).

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresentava o montante de R\$ 136.385 em moeda estrangeira na rubrica "Empréstimos e financiamentos" (R\$ 200.075 em 31 de dezembro de 2017), e R\$ 5.165 na rubrica "Fornecedores" (R\$ 4.028 em 31 de dezembro de 2017). A variação cambial líquida decorrente das dívidas e créditos até 30 de junho de 2018 foi negativa no montante de R\$ 15.576 (negativa no montante de R\$ 2.252 em 30 de junho de 2017).

i) *Exposição cambial líquida da Companhia em 30 de junho de 2018:*

Exposição cambial	Ativo		Passivo		Exposição cambial líquida
	Instrumentos financeiros	Clientes	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	
Exposição em USD					
Dólar norte-americano	2.510	6.120	(1.339)	(35.371)	(28.080)
Valores convertidos em reais	9.680	23.597	(5.165)	(136.385)	(108.273)

ii) *Exposição cambial líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2017:*

Exposição cambial	Ativo		Passivo		Exposição cambial líquida
	Instrumentos financeiros	Clientes	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	
Exposição em USD					
Dólar norte-americano	3.962	6.161	(1.218)	(60.482)	(51.577)
Valores convertidos em reais	13.106	20.380	(4.028)	(200.075)	(170.617)

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade sobre empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros e aplicações financeiras em 30 de junho de 2018, que demonstra os riscos que podem gerar flutuações significativas para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando a data de vencimento de cada operação de empréstimos e financiamentos e utilizando as taxas referenciais da BM&F Bovespa. Já para as aplicações financeiras, como não têm data de vencimento, consideramos com cenário mais provável (cenário I) a curva do dólar de fechamento na data de publicação dessas demonstrações financeiras, conforme taxas referenciais da BM&F Bovespa.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Notas Explicativas*(i) Empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras*

Risco	Operação	Descrição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa do dólar	Empréstimo	Variação do dólar	15.120	(15.503)	(46.126)
Total perdas líquidas em comparação ao cenário I				(30.623)	(61.246)

d) Risco com taxas de juros

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação dos juros de mercado. A exposição da Companhia deriva de financiamentos do BNDES corrigidos pela TJLP, e de empréstimos e aplicações financeiras atualizadas com base no CDI. A variação desfavorável nas taxas de juros pode afetar negativamente as despesas financeiras.

			Taxa de juros	I	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	Exposição R\$	Risco	efetiva em 30/06/2018	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Passivo								
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	461.243	Variação do CDI	6,39%	29.473	36.842	44.210	22.105	14.737
Empréstimos e financiamentos	121.195	Variação da Libor	1,87%	2.268	2.835	3.402	1.701	1.134
Efeito no resultado					7.935	15.871	(7.935)	(15.871)
Ativo								
Aplicações financeiras	11.968	Variação do CDI	6,39%	765	956	1.147	574	382
Efeito no resultado					191	382	(191)	(382)

e) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber. Vide nota explicativa 6 – Contas a receber para maiores detalhes sobre os saldos.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. Vide notas explicativas 4 – Caixa e equivalentes de caixa e 5 – Instrumentos financeiros para maiores detalhes sobre os saldos.

Notas Explicativas

f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças e Controladoria.

g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e partes relacionadas. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil - todas de primeira linha e com reduzido risco de crédito, e os recebíveis são compostos principalmente pelo saldo de contas a receber.

h) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com destaque para aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. Não houve no período findo em 30 de junho de 2018 alterações na gestão desses instrumentos, características ou fatores de risco com câmbio, taxas de juros, crédito, liquidez, derivativos ou de negócio relacionados comparativamente a esses instrumentos das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017.

i) Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia não são utilizados com o objetivo principal de gerar ganhos financeiros, não possuem alavancagem e têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação de moeda e câmbio. A Companhia contratou operações de *swap* de câmbio atrelados à algumas operações de empréstimos em moeda estrangeira e aplicou o *hedge* de fluxo de caixa na contabilização dessas operações.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as operações contratadas estão registradas pelo valor justo e geraram no período findo em 30 junho de 2018 um ganho líquido no montante de R\$ 449 (ganho líquido de R\$ 658 no período findo em 30 de junho de 2017), registrados em resultado financeiro líquido.

j) Valor justo e classificações dos instrumentos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação do valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Notas Explicativas

	Hierarquia de Valor justo	Valor contábil 30/06/2018	Valor justo 30/06/2018	Valor contábil 31/12/2017	Valor justo 31/12/2017
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.417	6.417	10.605	10.605
Instrumentos financeiros	Nível 2	11.968	11.968	17.644	17.644
Contas a receber	Nível 2	138.615	138.615	98.747	98.747
Partes relacionadas	Nível 2	13.783	13.783	13.359	13.359
Total		170.783	170.783	135.561	135.561
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	453.031	373.803	423.796	421.999
Fornecedores	Nível 2	223.507	223.507	222.760	222.760
Debêntures	Nível 2	129.407	129.407	129.848	129.848
Instrumentos financeiros	Nível 2	-	-	-	-
Total		805.945	726.717	776.404	774.607

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os derivativos com movimentação em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são classificados como Nível 2.

A classificação dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total em 30 de junho de 2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	6.417	6.417
Instrumentos financeiros	5	11.968	-	11.968
Contas a receber	6	-	138.615	138.615
Partes relacionadas	27	-	13.783	13.783
		11.968	158.815	170.783
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	-	453.031	453.031
Fornecedores	14	-	223.507	223.507
Debêntures	13	-	129.407	129.407
Instrumentos financeiros	5	-	-	-
Total		-	805.945	805.945

Notas Explicativas

	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2017
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	10.605	10.605
Instrumentos financeiros	5	12.850	-	12.850
Contas a receber	6	-	98.747	98.747
Partes relacionadas	27	-	13.359	13.359
		12.850	122.711	135.561
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	-	423.796	423.796
Fornecedores	14	-	222.760	222.760
Debêntures	13	-	129.848	129.848
Instrumentos financeiros	5	-	-	-
Total		-	776.404	776.404

29. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Importância segurada
Danos materiais, quebra de máquinas e lucros cessantes	3.510.893
Responsabilidade civil	10.000
D&O	45.000

O Conselho de Administração

José Rubens de La Rosa
Presidente

Marcelo Schmidt
Diretor Financeiro

Edmilson Botario de Barros
Contador CRC - 1SP223429/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e IAS 34, emitida pelo IASB aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Nos termos da Instrução CVM no. 480/2009, o Conselho Fiscal declara que revisou, discutiu e concorda com estas Informações contábeis intermediárias e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM no. 480/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com estas Informações Contábeis Intermediárias e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos da Instrução CVM no. 480/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com estas Informações Contábeis Intermediárias e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.